



**MEDIAÇÕES PARA A SOLIDARIEDADE:
UM ESTUDO NAS ILHAS DE PORTO
ALEGRE**

**Mediations for Solidarity: a Study on the Islands of
Porto Alegre**
**Las Mediaciones para la Solidaridad: un Estudio en
las Islas de Porto Alegre**

Márcio André Leal Bauer (FURG)*

*Doutor em Administração pela UFRGS. Professor Adjunto do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis - ICEAC/FURG. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Organização, Trabalho e Participação - NOTeP/FURG.

Endereço: Rua Duque de Caxias, 616, bloco 6, Apto. 401. CEP 96200-020, Centro - Rio Grande - RS.

E-mail: mlealbauer@gmail.com.br

RESUMO

O presente trabalho aborda a solidariedade sob uma perspectiva dialética, a partir da análise da organização que emerge da luta de um grupo de lideranças das “Ilhas de Porto Alegre”. O objetivo central deste é refletir acerca das mediações que conduzem ao estabelecimento de relações solidárias. A principal questão que se busca responder diz respeito à possibilidade de construção de uma solidariedade substancial portadora de elementos críticos e transformadores. A pesquisa realizada revelou a organização de algumas lideranças que se solidarizam para o exercício da gestão social do

território; procuram ocupar os espaços formais que o poder político constitui e transformá-los em espaços de fato deliberativos sobre as questões que mais interessam aos ilhéus. Assumem uma espécie de ética baseada em princípios sintetizados no *interesse* da comunidade e não em objetivos pessoais ou de uma organização particular. Concluiu-se que a solidariedade no Movimento dos Ilhéus configura-se em uma atitude que se orienta para a transformação das estruturas de dominação que sustentam o individualismo, o assistencialismo e o clientelismo ali presentes. Ela é, ao mesmo tempo, relação entre pessoas e ação política que se desenrola em diferentes esferas ou espaços.

Palavras-Chave

Solidariedade. Mediações. Gestão Social. Organização.

ABSTRACT

This paper analyzes the solidarity in a dialectical perspective, from the study of the organization that emerges from the relationships between a group of leaders of the “Islands of Porto Alegre”. The central aim is to reflect on the mediations that favor the establishment of relations of solidarity. The main question that seeks to answer concerns the possibility to construct a substantial solidarity that brings critical elements. The survey revealed the organization of leaders who unite to pursue the social management of the territory. They try to occupy the formal spaces that political power establishes and turn them into deliberative spaces on the issues that matter most to islanders. They assume a kind of ethics based on the interest in the community and not on personal goals or of a particular organization. It was concluded that the solidarity of the Islanders’ Movement is based on an attitude that guides the transformation of the structures of domination that sustain individualism, paternalism and clientelism.

Keywords

Solidarity. Mediations. Social Management. Organization.

RESUMEN

En este trabajo se aborda la solidaridad en una perspectiva dialéctica que analiza la organización que surge de las luchas de un grupo de líderes de las “islas de Porto Alegre”. El objetivo central es reflexionar sobre las mediaciones que conduzcan al establecimiento de relaciones de

solidaridad. La pregunta principal que buscamos responder se relaciona con la posibilidad de construir una solidaridad crítica. La encuesta reveló que la organización de líderes que se unen para perseguir la gestión social del territorio. Buscan a ocupar los espacios formales y transformarlos en espacios de deliberación sobre las cuestiones que más importan a los isleños. Asumen una especie de ética basado en el interés en la comunidad y no en metas personales. Se concluyó que la solidaridad del Movimiento de los Isleños es una actitud que guía la transformación de las estructuras de dominación que sostienen el individualismo, el paternalismo y el clientelismo presentes. Ella es, al mismo tiempo, la relación entre las personas y la acción política que se desarrolla en distintos ámbitos o espacios.

Palabras Clave

Solidaridad. Mediaciones. Gestión Social. Organización.

1. Introdução

Parece paradoxal tratar do tema da solidariedade em um tempo em que muitos afirmam o triunfo do individualismo. Entretanto, esta é uma das palavras mais utilizadas nos nossos dias. Como afirma Guareschi (1997), ela tornou-se uma espécie de palavra mágica que, uma vez dita, supõe-se entendida por todos de forma unívoca. Disseminada pelos meios de comunicação e assumida pelo senso comum, sua simples enunciação, seja como substantivo, seja como adjetivo, ela parece ser um remédio para todos os males do nosso tempo. No universo acadêmico, ela acaba também sendo um conceito analítico cujo “significado esvai-se na mesma medida em que todos a usam de forma genérica e indefinida” (LISBOA, 2003, p. 242). Fala-se em cultura solidária, em economia solidária, em comunidades solidárias, em governança solidária etc. Porém, essas formas de solidariedade nem

sempre têm o mesmo significado, havendo, portanto, a clara necessidade de uma melhor delimitação conceitual, antes de apropriá-la a trabalhos de natureza científica.

Diante disso, o presente trabalho aborda o fenômeno solidariedade sob uma perspectiva dialética de análise. Busca-se trazer as discussões a respeito deste tema para o campo da gestão social, tomando como objeto de estudo a organização que emerge da luta de um grupo de lideranças das “Ilhas de Porto Alegre”. Ao fazer isso, desloca-se o problema da solidariedade social de um simples estar junto para o agir junto; e, indo além, para como esse agir junto pode transcender os interesses particulares de um grupo ou categoria. O objetivo deste artigo é, portanto, refletir acerca das mediações que conduzem ao estabelecimento de relações solidárias. A principal questão que se busca responder diz respeito à possibilidade de construção de uma solidariedade substancial portadora de elementos críticos e transformadores em um território específico.

Na próxima seção, apresenta-se a discussão acerca do conceito de solidariedade e a necessidade de “mediações” para o estabelecimento de novas formas de solidariedade. A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos do estudo. Na seção seguinte, faz-se a análise da pesquisa à luz do tema da solidariedade; e conclui-se com o diálogo entre os resultados e os elementos teóricos.

2. Solidariedade: um fenômeno com muitas significações

A palavra solidariedade tem suas raízes no termo sólido, o que, em um sentido estático, representa algo compacto, inteiro, consolidado. Já em um sentido dinâmico, representa o ato de soldar, fundir e integrar. Na língua latina, os termos *solidus*, *soliditas* eram empregados tanto na construção como na jurisprudência. O direito romano, por exemplo, empregava o conceito

obligatio in solidum para significar o dever para com o todo, a responsabilidade geral, a culpa coletiva ou a obrigação solidária. Também, a palavra *soliditas* significava uma fraternidade. Em sua origem, portanto, a palavra solidariedade nos remete a uma unidade que é sólida devido à interdependência de seus componentes, significando, também, a vida humana articulada (ARDUINI, 2007; GUARESCHI, 1997; WESTPHAL, 2008).

Já no tempo presente, percebe-se não apenas um, mas muitos significados e expressões da solidariedade: a solidariedade econômica, constituída por associados no âmbito dos mercados; a solidariedade política, que congrega cidadãos no campo partidário e na busca do poder; a solidariedade filantrópica que socorre os necessitados, entre outras. (ARDUINI, 2007).

De uma maneira geral, muito do que se tem escrito sobre o tema solidariedade busca explicar o fenômeno a partir de díades de oposição. Sendo assim, a solidariedade dos antigos se opõe à dos modernos (LISBOA, 2003); a de laços de sangue, aos de razão (DUVIGNAUD, 1986); as herdadas, às construídas, (LAVILLE, 2006), e assim por diante. Tais díades lembram a oposição durkheimiana entre solidariedade mecânica e orgânica. A primeira seria resultante de uma consciência coletiva ou comum (fruto de crenças e sentimentos compartilhados que punham em jogo a totalidade da sociedade) e que permite a perenização do laço social. Já a segunda, seria oriunda da divisão do trabalho social em um sistema de funções diferenciadas (DURKHEIM, 2008).

Há, de outra parte, quem defenda que o momento atual também propicia que se estabeleça uma “solidariedade substancial”, que se empenha “em transformar estruturas socioeconômicas, para que a humanidade se conduza com autonomia e responsabilidade” (ARDUINI, 2007, p. 22-23, grifo meu). Esta seria uma solidariedade democrática (LAVILLE, 2006), “crítica” e “autocrítica” (DEMO, 2002, p. 34), advinda de uma atitude que emana do próprio

sujeito e busca o direito de emancipação dos outros sujeitos. Nesta concepção, a solidariedade seria a capacidade de ir além do vínculo mais estreito entre aqueles considerados próximos. Ela seria o que Assmann e Sung (2000, p. 69) chamam de solidariedade estrutural, que vai além da “solidariedade emergencial” e transitória, incorporando um “ingrediente” ético-político.

O primeiro passo dessa solidariedade seria aquele “pelo qual os homens se reconhecem membros da mesma sociedade, da mesma *politie* e, nesse sentido, têm a obrigação de olharem uns pelos outros” (CAILLÉ, 2002, p. 204). O segundo passo seria aquele em que se vai além da *relação* entre pessoas (fundamento das trocas e da reciprocidade), ou da pura e simples ação coletiva, para se chegar a uma “ação em vista de uma mudança escatológica para um “mundo novo”, o que possui vínculos estreitos com a democracia (WAUTIER, 2004, p. 115).

Buscando superar tanto as dicotomias quanto as tipologias, pode-se sintetizar a discussão acima em duas dimensões da solidariedade:

Interdependência: a solidez da solidariedade, constituída pelos laços entre pessoas e coletividades e associada à coesão social (ASSMANN; SUNG, 2000, GUARESCHI, 1997);

Atitude ética (ASSMANN; SUNG, 2000): a “eficiência e a eficácia” da interdependência, como “reação a uma prática social individualista” (GUARESCHI, 1997, p. 10-11).

As duas dimensões estão profundamente interligadas, na medida em que a solidariedade, enquanto atitude, nasce do reconhecimento de que a interdependência é uma necessidade para a “vida em geral, e a vida humana em particular” (ASSMANN; SUNG, 2000, p. 75). Tem-se, assim, o estar junto e o agir junto, como dimensões indissociáveis da solidariedade.

Contudo, vive-se, na atual sociedade o chamado individualismo moderno, cuja ideologia do ser moral, independente e autônomo (DUMONT, 1985) leva os indivíduos a ‘dessolidarizarem-se’ dos outros. É uma sociedade que prega a unicidade de cada pessoa, mas que

tende “sistematicamente a suprimir os laços sociais primários pelos quais as pessoas afirmam e criam” essa “unicidade” em benefício dos “laços secundários”, que tornam, pelo menos em teoria, “os indivíduos substituíveis uns pelos outros e anônimos” (GODBOUT, 1992, p. 27). “Ao passo que libera todas as suas forças e potencialidades, também os isola em suas famílias e só os promove opondo-os uns aos outros”. Logo, seria difícil esperar atitudes solidárias de uma sociedade que prospera (material e formalmente) ao preço de um “déficit permanente de solidariedade” (GODELIER, 2001, p. 317)

Diante disso, autores como Reis (1995), afirmam que a realidade em comunidades ditas carentes, como a do presente estudo, seria caracterizada pelo “familismo amoral”, ou seja, uma situação em que a solidariedade social e o sentimento de pertencimento não se prolongam fora do ambiente da família, impedindo que as pessoas ajam de modo conjunto em função do bem comum. O único motivo para mostrar preocupação com as questões públicas seria a perspectiva de um ganho material no curto prazo. Para a autora, embora existam inúmeros casos de iniciativas de autoajuda (estratégias familiares, tentativas informais de cooperação com vizinhos para a realização de tarefas básicas de sobrevivência, cuidado de crianças etc.), essas formas de “solidariedade” não se configurariam em termos públicos.

Pode-se dizer que a questão da solidariedade na modernidade está colocada desde as origens das ciências sociais. Sem dúvida, foi Durkheim quem mais se deteve na sua elaboração. O autor escreveu, no prefácio de *Da divisão do trabalho social*, o seguinte: “Se, nas ocupações que preenchem quase todo tempo, não seguimos outra regra que a do nosso interesse próprio, como tomaríamos gosto pelo desinteresse, pela renúncia de si, pelo sacrifício?” (DURKHEIM, 2008, p. X). Sacrifício é exatamente a palavra-chave para descrever as atitudes solidárias, seja de generosidade, dádiva ou doação, seja de luta por causas aparentemente

perdidas.

O sacrifício sempre foi entendido como uma dádiva de grau superior àquela feita entre os humanos, porque é feita a seres superiores aos indivíduos humanos (CAILLÉ, 2002). “A prática do dom estende-se, portanto, para além do mundo humano e torna-se elemento essencial de uma prática religiosa, ou seja, das relações entre os humanos, os espíritos e os deuses”. Ao transformar-se em “sacrifício aos espíritos e aos deuses”, a dádiva engrandece “as pessoas e as relações sociais, porque as sacraliza”. (GODELIER, 2001, p. 161). Por tudo isso, o sacrifício teria uma função social, pois muitas das crenças e práticas sociais que entram no sacrifício estão na base da moral comum (o contrato, o resgate, o castigo, o dom, a abnegação, as ideias relativas à alma e à imortalidade). A renúncia pessoal dos indivíduos ou dos grupos às suas propriedades alimenta as forças sociais. O ato de abnegação que está implícito em todo o sacrifício lembra às “consciências particulares” a presença das “forças coletivas, nutre-lhes precisamente a existência ideal”. Por isso, as “noções religiosas, porque nelas se acredita, existem; existem objetivamente, como fatos sociais. As coisas sagradas, com relação às quais funciona o sacrifício, são coisas sociais” (HUBERT; MAUSS, 2005 p. 226).

Destaca-se, dessa interpretação maussiana do sacrifício, dois elementos de importância capital ao presente estudo: a necessidade de um sair de si que leva à doação, como gratidão por ter recebido; e o fato que essa doação é feita na certeza de que haverá uma retribuição, um reconhecimento. Por isso, a dádiva não pode ser pensada como uma série de atos isolados, mas como uma *relação social* cujo interesse não é econômico nem de poder, mas baseado na obrigação de retribuir (GODBOUT, 1992). Eis aí toda a ligação da dádiva e, mais especificamente, do dom-sacrifício, com a solidariedade. Contudo, ainda resta em aberto a questão de Durkheim sobre o que possibilita tal atitude de dádiva e sacrifício.

O próprio Durkheim (2008) procura

responder a essa questão dizendo ser necessária a formação de um grupo, no qual fosse possível construir um sistema de regras até então inexistente. Vê-se, nesse autor, a necessidade de uma “mediação” para o estabelecimento dessa nova forma de solidariedade; mas o elemento responsável por tal mediação ainda não era de todo claro para ele.

3 - Mediações para a solidariedade

Habermas (2003; 2011), seguindo as pistas deixadas por Durkheim procura responder a essa questão afirmando que ela só é possível no contexto de uma “esfera pública”. Tal solidariedade não mais se encontra assegurada por um consenso normativo de fundo, mas seria conquistada a partir de uma relação reflexiva do sujeito consigo mesmo e alcançada “cooperativamente mediante os esforços individuais”, (HABERMAS, 2003, p. 122). O caráter essencial de seu argumento é que a “simples estrutura da intersubjetividade linguística obriga o ator a ser ele mesmo, exercendo sobre o sujeito uma “coação a individualizar-se”, o que favorece a ramificação da solidariedade social de uma maneira “pós-tradicional”, ou seja, de acordo com o “reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade suscetíveis de crítica” (HABERMAS, 2003, p. 102). A comunidade ideal de comunicação seria, então, o elemento *mediador* para que as pessoas aprendessem a se orientar dentro de um marco de referência universalista.

No entanto, segundo Nobre (2003), Habermas teria considerado a racionalidade comunicativa de uma maneira prévia ao conflito, abstraindo de sua teoria a *luta por reconhecimento*, cuja capacidade de constituir a subjetividade e a identidade individual e coletiva é inegável. Esta é a base da argumentação de Honneth (2003), o qual postula que a luta pela honra ferida pode levar à passagem da eticidade natural para a absoluta. O fundamento para a formação de uma comunidade ética seria, portanto, o conflito, ou os conflitos, em que a eticidade natural

despedaça-se e permite “desenvolver nos sujeitos a disposição para reconhecerem-se mutuamente como pessoas dependentes umas das outras e, ao mesmo tempo, integralmente individuadas” (HONNETH, 2003, p. 58). Assim, os indivíduos “isolados uns dos outros pela relação jurídica, podem se encontrar e reunir mais uma vez no quadro mais abrangente de uma comunidade ética” (HONNETH, 2003, p. 59). O autor apresenta, então, o conceito de solidariedade, retirado da teoria da eticidade do jovem Hegel, e que exprime uma forma de relação social que não “domina ou suprime, mas que reconhece a diferença e a semelhança do outro” (ROSE *apud* HONNETH, 2003, p. 59).

Todavia, é preciso voltar a Hegel para investigar o que permite a entrada deste *outro* nas relações de solidariedade. Para Hegel (2007), o reconhecimento é apenas uma etapa a ser vencida no processo de formação da autoconsciência. É justamente essa autoconsciência o fundamento ético de uma comunidade e não o desejo de reconhecimento. É claro que isso não invalida o argumento de Honneth (2003) de que a gênese dos conflitos sociais reside no desrespeito e na falta de reconhecimento. Contudo, isso é bastante diferente de fundamentar a solidariedade social na luta por reconhecimento.

Apesar de não explorar em profundidade a via interpretativa aberta por Hegel a partir da *Fenomenologia do Espírito* (2007), que coloca menos ênfase no processo intersubjetivo da geração de conflito do que em uma “autoprogressão dialética do espírito” na constituição da realidade social (HONNETH, 2007, p. 85), Honneth (2003) reconhece que, na construção hegeliana, outro tipo de luta ocupa lugar de destaque: a *luta de vida e de morte*. Segundo o autor, existem várias interpretações que atribuem a essa luta um sentido figurado que se refere a momentos de uma “ameaça” existencial. Kojève (2002), ao interpretar a ideia de morte e de crise em Hegel, afirma que é na angústia mortal que o homem toma consciência de sua realidade, do valor que o

simples fato de viver tem para ele. Só assim ele se dá conta da gravidade da existência, “mas ainda não toma consciência de sua autonomia, do valor e da gravidade de sua liberdade, de sua dignidade humana” (KOJÉVE, 2002, p. 27). É pelo trabalho que a consciência chega a si mesma; “é ao servir o outro, ao exteriorizar-se, ao solidarizar-se com os outros que alguém se liberta do terror escravizante provocado pela ideia de morte”.

Para Hegel (2007, p. 527), a conversão da consciência-de-si singular para a consciência universal é a morte do singular, do imediato, para a comunidade; é a morte do externo, do formal, da particularidade para o universal: “[e]sse saber é, pois, a animação pela qual a substância se tornou sujeito. Morreu sua abstração e carência-de-vida, e assim a substância se tornou consciência-de-si simples e universal”. Hegel apresenta esse movimento do sujeito como um círculo que retorna sobre si, um movimento de extrusão do *si* que submerge em sua substância e que sai dela como sujeito e a converte em objeto e conteúdo. A extrusão seria, então, o movimento que a partir do “sacrifício” estabelece o sujeito. O sujeito precisa “adentrar-em-si, no qual o espírito abandona seu *ser-aí* e confia sua figura à rememoração”; ele submerge “na noite de sua consciência-de-si”, para poder renascer em uma nova existência, em “um novo mundo”, o qual, apesar de ser um recomeço, apresenta-se em um “nível mais alto” (HEGEL, 2007, p. 544). A solidariedade em um contexto moderno necessita dessa superação – que Hegel vai chamar de supressão – que só acontece devido ao negativo, ou seja, à mediação.

Utiliza-se, aqui, o conceito de mediação no sentido hegeliano do termo, como a categoria que confere o movimento do *vir-a-ser* a tudo que é considerado estático. Para Hegel (2007), a mediação não é outra coisa senão a igualdade-consigo-mesmo semovente, ou o simples *vir-a-ser*. Sendo assim, ela é a negação do que está *dado*; a interrupção do fluxo que faz compreender o próprio movimento.

Buscando responder à questão acerca de

quais mediações conduziram ao estabelecimento de uma solidariedade crítica, desenhou-se este estudo empírico, a seguir descrito.

4. Procedimentos metodológicos

A pesquisa realizada inscreve-se no universo das pesquisas de caráter qualitativo em Administração, o qual atribui importância fundamental à descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que os envolvem; aos depoimentos dos atores sociais envolvidos; aos discursos; aos significados e aos contextos (VIEIRA, 2004). O estudo foi conduzido a partir de uma compreensão dialética da realidade, utilizando-se das conhecidas categorias fundamentais da dialética hegeliana: a realidade imediata (*em-si*); as mediações (*para-si*), ou seja, as rupturas e experiências significativas; e as superações, ou suprassunções (*em-si-e-para-si*).

A pesquisa envolveu distintos procedimentos, não necessariamente encadeados em etapas subsequentes, quais sejam: um procedimento descritivo – da problemática, das mediações, da constituição dos espaços e das organizações; um observacional – das práticas dos sujeitos nas organizações e espaços, das ações coletivas e relações, e dos incidentes reveladores e; finalmente, um dedicado à construção subjetiva e intersubjetiva a partir das narrativas das lideranças locais e de outros agentes envolvidos. Tais procedimentos objetivaram compreender o processo de construção da solidariedade no território.

Além dos procedimentos observacionais, foram selecionados, como sujeitos de pesquisa, 19 lideranças locais reconhecidas pela comunidade. Estas foram escolhidas devido à sua participação nas organizações e espaços do território, a partir da observação realizada no período inicial da pesquisa. Posteriormente, essas lideranças foram entrevistadas em profundidade. Neste artigo, selecionamos narrativas de três lideranças que consideramos representar o processo que

acontece no desenvolvimento da solidariedade no território e que são reconhecidas e apontadas pelas demais lideranças como referência. Também foram realizadas entrevistas com participantes de ONGs, do Poder Público e de outras organizações que atuam no território, além de conversas informais com moradores antigos. A maioria das entrevistas foi gravada e depois transcrita, para que nenhum elemento essencial fosse perdido – já que, diferente da análise de conteúdo, os temas ou categorias foram identificados pela importância e centralidade e não pela frequência em que ocorreram.

A observação sistemática também foi importante, quando da participação em eventos e reuniões de grupos, bem como de atividades cotidianas, permitindo captar os momentos de interação, os conflitos e as relações com as narrativas das lideranças, dando-lhe pleno sentido. Realizou-se, ainda, uma análise documental – pesquisas já realizadas no território, documentos produzidos pelos agentes de mediação, notícias de jornal e internet – que possibilitou, além de uma comparação entre os discursos e as práticas, compreender as orientações teóricas e metodológicas que sustentam as visões sobre o território e seus habitantes.

5. O território e as mediações

Apesar de o Arquipélago ser um dos bairros de Porto Alegre, a consciência de que as ilhas fazem parte da cidade não é algo de todo evidente, tanto para os moradores locais, quanto para os que estão do lado de lá da ponte. De um lado, está a capital dos gaúchos, cidade que se orgulha da sua cultura, da sua política, dos seus cidadãos e que construiu sobre si o “mito da ordem”. Do outro lado, estão “as ilhas”, um local de habitação de um conjunto de moradores tradicionais e de pessoas consideradas pobres. Nota-se que a denominação Arquipélago é, geralmente, invocada quando se quer associar a região a um local de lazer (as marinas e os

clubes) e de residência de uma classe com maior poder econômico; do contrário se utiliza “ilhas”. Há, também, a associação da região com sua denominação geográfica: o Delta do Jacuí. Nesse caso, para um conjunto significativo de pessoas, as ilhas são vistas mais como uma “paisagem natural” que está “fortemente alterada pelo uso e ocupação verificados ao longo do Delta do Jacuí” (CHIAPETTI, 2005, p. 34).

Conforme o Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre – que agrega 16 indicadores demográficos nas dimensões Renda, Educação, Longevidade, Vulnerabilidade Infanto-Juvenil, Desenvolvimento Infantil e Habitação –, o Arquipélago é o que possui o pior Índice de Vulnerabilidade Social dentre os bairros da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL, 2006). A análise multidimensional da pobreza em Porto Alegre (COMIN *et al.*, 2006) aponta que os índices da região situam-se abaixo da média geral da cidade nas questões de Saúde, Nutrição, Educação, Conhecimento, assim como no quesito qualitativo de “amizade e confiança”. Paradoxalmente, esta mesma análise apresenta um dado no mínimo intrigante: em três indicadores, de caráter qualitativo (participação, solidariedade e liberdade/satisfação), a região supera a média da cidade. Poderia a solidariedade prescindir das relações de amizade? Para compreender esta aparente ambiguidade, é preciso mergulhar na realidade das ilhas.

De fato, aqueles que observarem mais detidamente o território perceberão que há uma solidariedade que se diz ser comum nos “meios populares” – “Falta pra mim, mas o que eu tenho eu divido com o outro. Ali nas ilhas isso se mantém um pouco também” (Integrante de ONG) – e que se expressa, também, nos momentos críticos, como é o caso dos alagamentos, em que moradores se organizam para poder atender aos desabrigados, seja fazendo refeições, seja cuidando de crianças. Há, ainda, a solidariedade assistencial, realizada pelas ONGs e pelo empresariado em momentos específicos, como no Dia da Criança e Natal – mas que, em muitas

situações, acaba sendo fonte de conflitos entre moradores. Porém, observa-se outro tipo de solidariedade presente no Arquipélago e que será analisada detalhadamente neste estudo. Trata-se da solidariedade praticada por um conjunto de lideranças do Arquipélago que se unem (*in solidum*) em um movimento, chamado daqui por diante de *Movimento dos Ilhéus*.

A partir das primeiras observações e de discussões que se teve com integrantes de uma ONG que atua no território, já se tinha a ideia da existência de uma “rede de solidariedade” no Arquipélago. Essa rede começou a se formar há muito tempo, a partir de diferentes mediações objetivas e subjetivas. Em outros trabalhos do presente autor, é possível ver, em detalhe, essas mediações objetivas, como as tentativas de desocupação por parte do poder público, ou mesmo a proibição da criação de porcos na região. De fato, há anos que a comunidade já brigava por seus direitos, seja através de abaixo-assinados (sua primeira estratégia de mobilização), seja através de protestos no centro da cidade. No entanto, eram lutas isoladas, travadas por organizações locais de cada ilha. Porém, a partir do início dos anos 1990, com a implantação do Orçamento Participativo (OP), lideranças dos ilhéus começam a se encontrar nos espaços de discussão e a perceber uma realidade comum.

A partir da participação no OP, os ilhéus conquistam, em 1998, um módulo da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, que se instala em um espaço cedido junto ao Clube de Mães (Organização Local liderada por Margarida, moradora da Ilha Grande). Ali, em 1999, com o apoio de profissionais da assistência social municipal, começa a articulação da comunidade em torno do espaço da Rede Integrada de Proteção à Criança e Adolescente do Arquipélago (RIPCA).

Após a criação da RIPCA, em 1999, começa a acontecer uma maior integração entre as lideranças das ilhas. Na visão dos ilhéus, essa solidarização entre as lideranças se deu pela necessidade de resistir à possibilidade de

desocupação, pois começaram a perceber que a pressão para a sua saída do Arquipélago estava aumentando e que não era só na Ilha Grande dos Marinheiros que havia problemas. Precisavam unir todas as ilhas em torno do direito de habitar no território. Isto fez com que se envolvessem na defesa de todos os que estavam ameaçados de expulsão do local.

Nas entrevistas, ficou claro que havia um grupo mais restrito de lideranças das diferentes ilhas que começou a reunir-se de forma sistemática para “garantir a permanência dos ilhéus no seu território” (Rosa, Liderança do Movimento dos Ilhéus).

Então a nossa equipe [as lideranças das ilhas]... nós sempre tivemos reunidos, provocando reuniões, encontros, com tudo que é autoridade e assim por diante, fazendo a coisa caminhar e acontecer, que então vinha se arrastando. E depois de cinco anos, conseguimos através de lei, porque decreto não resolvia. [...] E criou-se esta Área de Proteção Ambiental [APA] (Irmão Gerânio).

Onde quer que fosse, seja em audiências públicas, seja em reuniões, se o tema era a APA, lá estava o “grupo das ilhas”, ou a “equipe”, conforme as diferentes denominações que apareceram na pesquisa. Segundo Rosa, “essas chamadas ‘lideranças’ são muito unidas. Ficaram bem mais fortes depois da questão da APA. Deu uma caída e depois voltou de novo com muita força”.

O Movimento dos Ilhéus, diferentemente do que se tem visto em termos de novos movimentos sociais, não tem uma luta particular, centrada em uma identidade específica. Suas lutas apontam para a concretude do território.

Se tivesse uma luta só, não teria problema. Só que nós somos bombeiros o ano inteiro. Inclusive, a gente não consegue fazer uma coisa legal porque a

gente fica apagando incêndios. Horas a gente tá discutindo com o DMLU, horas a gente tá discutindo a questão da APA, horas vem a CONCEPA derrubando as casas. Por horas nós somos o Ministério Público, por horas nós somos advogados, por hora nós somos a comunidade, por hora nós somos conselheiros, por horas nós somos assistentes sociais. Nós somos vários em um. Porque quando a comunidade vem em ti, tu tem que pensar o que tu vai dizer pra ela. Tu não pode fazer ‘bah’ (Rosa).

A luta comum começou pelo reconhecimento do Arquipélago como um território único, separando-o em uma região do Orçamento Participativo independente. Em 2007, após várias manifestações, finalmente, a localidade tornou-se a décima sétima região do OP em Porto Alegre - Região Ilhas. Foi uma “decisão coletiva” dos ilhéus, afirmou Rosa, manifestando o caráter organizacional dessa luta, a fim de que pudessem, não só garantir “uma fatia do bolo tributário que entra no OP”, mas também fazer com que o poder público “se voltasse mais” para as ilhas. Segundo Rosa, “quando tu é uma região, tu acaba puxando mais o poder público pra dentro [...]. Tu lida com todas as instâncias, com todas as secretarias, então, tu acaba puxando pra lá”.

As ilhas elas são muito propositivas [...], elas têm essa coisa de correr atrás, de propor. Então, foi uma proposta das ilhas. Nós não queríamos mais ficar com o Humaitá. Não por nenhuma questão, porque o Humaitá muito nos ajudou. Nós muito ajudamos o Humaitá. Muito nós demandamos habitação pro Humaitá. Muitas das obras que hoje existem lá foi por demanda dos ilhéus, porque nós não podíamos ter demanda nenhuma que não fosse alguma demanda da assistência social, da saúde, não dava pra votar nada. Então, desmembrar significaria um interesse maior, uma participação maior nossa, um olhar maior, né, do governo municipal pras ilhas (Rosa).

Foi possível, também, acompanhar o esforço dessas lideranças para garantir que as ilhas fossem representadas nos diferentes espaços criados pelo poder público, como o Fórum de Planejamento 2 (FPLAN2), que trata das questões relativas ao Plano Diretor do município. A comunidade precisou, ainda, mobilizar-se para que saíssem do papel e entrassem em operação os Conselhos da APA e do Parque Delta do Jacuí. Mobilizaram-se para que nesses conselhos fossem incluídos representantes das organizações comunitárias das ilhas, pois a presença majoritária era de ONGs e órgãos públicos externos ao território. Por isso, a luta não é só pelo espaço, mas também pela sua ocupação por parte dos ilhéus.

Observou-se, ao longo da pesquisa, que a luta pela ocupação dos espaços não é individual, mas coletiva, uma vez que se reconhecem como um grupo: “Para ti eu posso dizer: é esse pequeno grupo de lideranças que fomenta e que mobiliza” (Rosa). É este grupo, ou a organização social do território, como preferimos chamar, quem mobiliza as ações de protesto como a que ocorreu em 2007 e levou centenas de moradores até a Prefeitura para cobrar uma maior atenção desta para com as organizações locais (o Clube de Mães, as associações de carroceiros e a Cooperativa da Ilha Grande). Constatou-se que a organização própria dos Ilhéus não acontece em um espaço definido, mas se dá em outros espaços, formais ou informais – embaixo de uma árvore, em um “boteco”, em reuniões da RIPCA ou do Fórum do Orçamento Participativo. Ali, um pequeno grupo de lideranças articula estratégias, ações ou manifestações de grande alcance.

[...] Os ilhéus eles não costumam deixar as coisas como estão [...] e um já comunica o outro de como é que vamos fazer. ‘Bom, vamos chamar... Bom, se não for esse, a gente pode chamar esse e depois chama o outro, mas queremos que venham aqui e nos ouçam. Isso eu acho muito importante, ela não é passiva [...] no sentido de ficar acomodado. [...]

Eu acho isso muito importante. Acho que é isso o que nos mantêm vivos e lutando (Rosa).

Por outro lado, essa solidariedade não encontra uma univocidade entre todas as lideranças das ilhas. Foi possível observar lideranças que se voltam para a sua organização e que, em geral, não participam dos fóruns, apresentando como justificativa o fato de não terem sido convidadas, ou a falta de tempo. Porém, o que acontece, de fato, é que aquele espaço não as interessa, pois não se vislumbrava ali um resultado imediato na participação, só “blá, blá, blá, sempre a mesma coisa” (Liderança ligada à reciclagem). Quando há interesse, participa-se um tanto à contra gosto, pois “tem que tá ali, né” (Integrante de uma organização local).

Mesmo lideranças que pareciam partilhar de um projeto político mais abrangente, muitas vezes ligado a movimentos de caráter nacional, eram movidas por uma solidariedade que apontava para interesses externos ao território. Essa *solidariedade política* acabou por mantê-los presos ao jogo de um determinado *campo*, como foi o caso da luta dos carroceiros que acabou se fragmentando devido à filiação de suas lideranças a diferentes centrais sindicais (ver CARRION, 2009, para uma análise mais abrangente).

Por outro lado, a não participação das lideranças de grupos, como o dos catadores e carroceiros, nos espaços deliberativos, revela o fato de que, talvez, elas “queiram ser reconhecidas em outro espaço” (Educador social de ONG em reunião da RIPCA); elas estão “numa luta, mas não há reconhecimento do outro” (Cravo, Liderança do Movimento dos Ilhéus).

Diante disso, as lideranças do Movimento dos Ilhéus procuram lutar pela participação de todos e combater o fechamento das organizações locais em torno dos seus objetivos particulares, o que coloca em questão o caráter universal e particular da solidariedade.

Não estamos falando do umbiguinho, estamos falando do coletivo [...]. Quem se postula para estar à frente de uma comunidade tem que estar preparada para a crítica. [...] A ingratidão bate na porta de quem é liderança [...] Nas mãos de vocês está toda uma comunidade. [...] É muito triste ver uma comunidade sem governo (Rosa, em reunião na Ilha do Pavão, cobrando participação das lideranças daquela ilha).

Foi possível perceber, como lógica de ação que norteia o reconhecimento de uma possível liderança por parte dos integrantes do movimento, o que chamaram de “interesse na comunidade”.

Eu reconheço a minha causa, mas reconheço que a causa do outro é semelhante [...] Eu luto pelo reconhecimento da minha cidadania, mas a luta não é só minha [...]. A minha relação é com a comunidade... tenho que ter coerência de onde eu tô vindo. [...] Não é de voto, nem de cargo. (Cravo, em reunião da RIPCA sobre os carroceiros).

Mas o que leva essas lideranças a se orientarem para esses interesses mais gerais?

Em busca dessa resposta, analisamos a trajetória das duas principais lideranças do movimento, Rosa e Cravo, e uma liderança que retomou a luta recentemente após um período de afastamento. Vale ressaltar que as duas primeiras foram lembradas pela maioria dos entrevistados como lideranças que representam os interesses gerais dos ilhéus, enquanto a última foi considerada por Rosa como uma liderança que tem se destacado na RIPCA. Da análise das narrativas colhidas nas entrevistas em profundidade, foi possível perceber alguns elementos comuns a essas lideranças.

Em primeiro lugar, elas *viveram experiências significativas que marcaram a ruptura* com o curso natural de suas vidas.

Rosa, natural da Ilha da Pintada, relata que até a adolescência tinha uma vida bastante tranquila, “de rico”, até o momento em que os pais se separaram e ela foi com a mãe e os irmãos para Pelotas, onde diz ter vivido “anos de sofrimento intenso”. Essa experiência, que ela diz querer esquecer, foi a maior que pôde viver. Saíram de uma vida na qual tinham tudo, para uma “pobreza total”: “Se eu comesse, meus irmãos não tinham para comer. [...] A minha mãe não comia para dar de comer para nós. [...] Nós queríamos era vir para Porto Alegre”. Ela recorda de um Natal em que passaram debaixo da ponte sobre o Canal São Gonçalo em Pelotas e cuja ceia foi “Ki-Suco” com um “quarto de quilo de pão e um tablete de margarina”.

[...] Chegamos lá, tomamos banho, ficamos embaixo da ponte, comemos o pão,...[choro] a gente tomou aquele suco e a mãe disse: “Um dia a nossa vida vai melhorar. [...] Esse é o último Natal que nós vamos passar desse jeito. [...] Nós nunca mais vamos passar por isso, porque nós vamos ir para Porto Alegre, porque lá é o nosso chão, lá é a nossa terra [...] Busquei força em tudo isso, por todas essas coisas que minha mãe passou, por todas as coisas que a minha família e outros negros lá passaram” (Rosa).

Para transformar essas situações, que ficaram guardadas na sua memória, Rosa luta. Essa luta, ela entende que não é pelo caminho da guerra, mas dando o melhor de si para mostrar às pessoas a capacidade de cada um.

Cravo, também passou por Pelotas, na condição de interno do Instituto de Menores. Aliás, ele viveu muitos anos de sua vida como interno nas instituições educacionais do Estado. Entretanto, em sua narrativa, isso não parece ter um peso tão significativo quanto a crise que viveu quando foi morar na Ilha das Flores, após se separar da mulher por problemas de alcoolismo. Cravo disse que, nesse período, não se envolvia

com as questões da comunidade, que já sofria pressão para sair do local.

Eu não dava a mínima. [...] Tinha muitas reuniões dessas questões de entrega de comida, essas coisas. Isso eu nunca ia, porque a gente sempre trabalhou. [...] Sempre nessa questão do individual. Alienado à questão [política]... Trabalho, casa, trabalho. Comunidade nada. [...] Era uma época em que eu bebia bastante. Bebia e ‘comia’ cigarro. Aliás, eu trabalhava pra beber (Cravo).

Cravo acaba contraindo meningite, fica em estado grave e quase morre. No tempo em que passou no hospital, refletiu sobre a vida que levava: “Já saí determinado a não mais beber nem fumar”. Começa, então, a participar do projeto de criação de uma cooperativa: “... como eu ficava em casa, comecei a pensar sobre isso. E aí comecei a fomentar essa questão. [...] Fui me envolvendo, me envolvendo”. Depois de ter vivido a experiência da doença, que por pouco não o levou à morte, Cravo afirma: “Vou morrer, mas com a compreensão”.

Bromélia, moradora da Ilha Grande dos Marinheiros, tem uma história semelhante. Ela era atuante nas reuniões da RIPCA como representante da Cooperativa da Ilha Grande, mas depois acabou se afastando. Há pouco tempo, passou por uma experiência crítica em sua vida e que a fez voltar a atuar, segundo ela,

com mais força, com mais vontade [...] Porque até o risco que eu tava correndo lá eu achei que eu não ia poder fazer mais nada por ninguém [...]. No hospital, me disseram que eu tinha um por cento de chance [...]. Comecei a rezar, pedir... “Deus me dá uma oportunidade que eu quero fazer muito na minha vida” [...]. Aí eu disse assim “Deus me deu a chance que eu queria”. Aí eu voltei com mais força. Entendeu porque a força? (Bromélia)

Por certo essas experiências críticas são significativas para um despertar da consciência solidária, mas elas, por si só, não explicam a questão da participação, pois ouvimos outras histórias semelhantes de lideranças que, mesmo com este despertar, não avançaram para uma compreensão mais ampla de sua luta, ficando ainda restritas a uma luta por reconhecimento particular e não universal. Aqui, entra um elemento comum presente nas narrativas dessas três lideranças e que parece ser bastante significativo no seu processo de desenvolvimento: a *formação política*.

Para Rosa, os seminários, os encontros com a negritude, o movimento popular, vindo a inserção dos negros nos espaços de luta ajudaram a aprender o caminho da participação e a afirmação de sua identidade. A partir daí, começou a “participar de outros caminhos, de outros movimentos, como o Movimento Negro; e outros movimentos religiosos, dentro da tradição de matriz africana que vão fazendo com que tu te assumas e afirme isso. Tu não pode servir a dois senhores” (Rosa). Cravo revela, também, a importância de ter participado de atividades de formação em Educação Popular e envolver-se com organizações do meio popular e movimentos sociais, seja no IBRADE, dos jesuítas, seja em assentamentos do MST. Lembra, ainda, de sua viagem a Brasília, onde participou da Conferência Nacional de Economia Solidária, o que lhe ajudou em seu desenvolvimento como cidadão. “Fui ter um desenvolvimento melhor depois dos quarenta (risos)” e, refletindo sobre sua trajetória, se pergunta como pode “mudar de uma hora para outra”. Bromélia, por sua vez, vê a sua formação a partir da participação na RIPCA e nas reuniões organizadas pela ONG na qual Rosa trabalha.

Percebeu-se que existe nessas lideranças um *senso de identidade e territorialidade*, ou seja, de pertencimento a um povo. Cravo se reconhece como descendente de índios Guaranis “das Missões” e “filho de agricultor, neto de agricultor”, elementos que o “ligam a terra”. Já Rosa e sua família se assumem, hoje, como

“negros de matriz africana” que têm uma luta, a qual se soma às demais lutas da comunidade, com uma interação muito grande com a Igreja Católica, mas se posicionando: “somos negros de matriz africana e tocamos o nosso tambor. A minha identidade, depois que eu a encontrei, eu assumi ela”. Passou, assim, a entender que quando nasceu “já veio com esse compromisso”.

Porque essas coisas a gente não busca, a gente não pode ir pra faculdade aprender, são coisas que outros passam pra gente espiritualmente. [...] Eu como negra, como mulher, eu nasci pra isso. Eu vim para um resgate. [...] Eu tenho toda uma história, da minha avó, minha bisavó, tem uma história viva nisso. [...] Hoje eu entendo que eu vim para essa missão, porque eu fui sendo colocada nas coisas (Rosa).

Ao longo das narrativas evidenciou-se que essas lideranças têm pessoas significativas em suas vidas que as ajudaram a interpretar sua história e transformar em um projeto de vida. Para Rosa, foram os freis capuchinhos, que atuaram fortemente na Ilha da Pintada nos anos 1980: “Eles têm muito a ver com minha trajetória. Os freis capuchinhos têm essa facilidade, esse manejo de estar acolhendo com mais simplicidade a todos e todas nos mais diversos credos”. Na época, os freis estavam envolvidos com a criação de uma associação e incentivaram Rosa a participar. Cravo, por sua vez, recebeu o convite de sua professora de história do Ensino Médio (concluído recentemente) para participar das pastorais sociais, tornando-se o representante da Pastoral Operária. Há, também, uma relação muito próxima com um irmão marista, de quem lembra sempre as palavras de ânimo: “Deus tá contigo”.

Vê-se a importância dessas referências no fragmento abaixo extraído da narrativa de Cravo.

Eu já entrei em desespero pela questão da confiança e de não ter [com quem

falar]. De parar assim: ‘E agora? O que é que eu vou fazer?’ De me desesperar... e ... [...] Eu tive nessa situação e eu falei com [o Irmão]. - O Irmão Antônio às vezes aparece numas horas que a gente mais precisa - E eu falava: ‘Bah irmão, eu não esperava o senhor aí, mas eu tô com um problema. Tô desesperado, não sei, eu vou largar essas coisas, não quero saber, eu vou arrumar um trabalho pra mim e eu vou esquecer isso. É uma completa perda de tempo, e tu fica fazendo coisas e as coisas se voltam contra ti e ninguém te dá uma mão, ninguém faz nada. Eu vou arrumar um trabalho para mim eu vou trabalhar, não quero mais saber’. Aí ele na sabedoria dele, bem silencioso, pensou um pouquinho em silêncio [e disse]: ‘Tu vai ter uma vida de cachorro’. [...] E já tive nessa situação. E o irmão me ensinou muito a refletir e pensar (Cravo).

Para as novas lideranças, como Bromélia, são as lideranças locais que agora desempenham o papel que antes era desses conselheiros externos.

É preciso analisar, ainda, a aprendizagem e construção da solidariedade que acontece pela participação nos espaços e o envolvimento nas lutas ali travadas. Rosa vê exatamente nessa participação um momento de transformação da comunidade.

Já foi chegando o Orçamento Participativo, lá por oitenta e nove e a gente naquele crescente de querer ajudar e queremos isso e queremos mais água. Aí acabei participando de várias comissões: comissão para arrumarem a ponte [da Ilha Mauá], a comissão da própria igreja, que organizava gincana, festa junina. [...]. ‘Morreu fulano, vamos fazer um jogo de víspera, vamos sair com lista, vamos ajudar essa pessoa que está precisando. Enfim, a gente foi lutando. E luta no posto de saúde... As lutas eram várias, desde a defesa do campo de futebol, que no governo Britto

queriam nos tirar. Desde a questão de vir a água para a ilha, o calçamento, a rua, luz... Tudo foi com muita luta. Como nos mais diversos lugares, sem luta tu não consegue nada (Rosa).

Cravo, que começou a envolver-se na luta dos ilhéus já no início dos anos 2000, percebe, ao participar dos espaços, que outras lideranças, como “Rosa e Margarida, já vinham lutando há mais tempo. [...] Foi ocupando os espaços que eu conheci esse pessoal” (Cravo). Ao participar, passou, então, a compreender a dinâmica de poder ali existente. “Tinha uma meia dúzia de burguesão, as outras lideranças mais antigas. Quando eles começaram a falar, eu me dei conta do seguinte, que pelas falas nós estávamos sendo enrolados. E aí comecei a me meter... Nunca mais saí disso aí, nunca mais” (Cravo).

Bromélia começou sua participação nas reuniões da RIPCA como representante da cooperativa da Ilha Grande. “Aí eu comecei a ir, comecei a falar, comecei a me evoluir com as pessoas”.

Mas, participar dos espaços requer uma dose de sacrifício para aquilo que é visto por muitos como uma “causa perdida”. Cravo diz que “na luta comunitária não há um entendimento da própria família, porque tu não ganha nada e te incomoda muito”. Há lideranças que desistiram ao perceber “que a causa estava perdida” (Cravo). Para Cravo, este seria um problema de “consciência”. Ele enfatiza: “Consciência, consciência, consciência...”, e manifesta preocupação com as lideranças que não têm “consciência” da comunidade “como comunidade”. Diante disso, tanto ele como Rosa procuram agir de forma a mobilizar as diferentes lideranças para ocupar os espaços de representação política. Quando isso não acontece, chegam a representar organizações das quais não fazem parte para não perder o assento nos conselhos, como foi o caso de Cravo que representou a Cooperativa da Ilha Grande no Conselho da APA, pois seu presidente se recusava a participar.

Rosa, ao traduzir o significado de participação nos diferentes espaços, como a RIPCA, afirma: “Fazer parte da rede é doação; é quem se interessa pela comunidade”. Ela afirma que, enquanto tiver “perna, braço e respiração; enquanto tiver avanços, mesmo que pequenos”, vale a pena lutar, mas, reconhece que há um desgaste das lideranças, principalmente com a família: “São muitas reuniões [...]. Ontem reunião da Romaria das Águas, hoje [devido à reunião do Fórum de Planejamento] vou chegar às onze [da noite], quinta tem FROP. Às vezes eu me pergunto por que eu não desisto” (Rosa).

As falas de Rosa e Cravo nos dão uma ideia do sacrifício inerente à participação. “No momento que leva dois meses para trocar uma lâmpada, há um desgaste dos representantes”. Tu gasta e te desgasta. [...] É preciso compreender que as coisas não são assim, que há um tempo [...]. As pessoas não têm uma consciência do que é participar” (Rosa).

O cansaço das lideranças diante do sacrifício devido à participação nos espaços foi um tema recorrente nas reuniões:

A Violeta tá doente, tá esgotada. Fizeram cento e poucas inscrições aqui, graças à Violeta e à Orquídea, que ficaram sem almoçar. [...] Tem que ter outras pessoas à frente. [...] Nós somos sempre os mesmos, tem que haver uma troca. [...] Nós estamos já cansadinhos. [...] São seis anos de nossas vidas dedicados às ilhas. Estamos em todos os conselhos (Rosa).

Entretanto, é nesse esforço de poucas pessoas que acontece a Gestão Social no Arquipélago, ou seja, nos fóruns, nos espaços por onde transitam as lideranças que mobilizam e discutem temas do interesse geral da comunidade. Mesmo compreendendo que muitas lideranças não se sentiam seguras para tomar a frente e considerando, até certo ponto, positivo a existência de outros líderes “por trás, na retaguarda” (Rosa), as lideranças pareciam querer

encontrar uma fórmula que fizesse com que os outros tomassem “consciência” da importância da participação. Para elas, era uma vitória quando uma liderança compreendia o sentido da luta, como Jasmim, ou que voltava a participar, como Bromélia: “A Jasmim agora entendeu. Demorou para entender, mas agora está do nosso lado. A Jasmim é do [prefeito] Fogaça, mas a gente não tem partido, não tem sigla” (Rosa).

Por fim, foi possível observar que a lógica que rege as condutas dessas lideranças solidárias não é a do interesse utilitário, mas, sim, da dádiva, a partir da crença em uma realidade superior, o que inclui não só a vida material, mas uma relação com a ancestralidade e a dimensão espiritual. Isto faz com que não se criem muitas expectativas em relação ao retorno das ações.

[...] Então eu nunca espero nada. Eu não tenho que esperar nada, se eu vou receber isso ou aquilo. Não. Porque isso é muito perigoso. Não pro plano material, porque tu faz, faz e acontece... E o espiritual? Porque a minha resposta maior ela tem que ser espiritual, porque esse corpo não vale nada. Isso é uma questão de consciência (Rosa).

[a consciência] leva a uma necessidade de começar a agir... Uma obrigação. Tu percebe que tu tens que agir porque os outros não estão agindo. E quando tu começa a agir, tu começa a entrar em sintonia com teus semelhantes que têm as mesmas lutas “(Cravo).

O sentido oposto a esse interesse é apresentado por Rosa ao falar de Butiá, uma jovem liderança que os integrantes do Movimento dos Ilhéus, inclusive ela, estavam apostando. “Nós estávamos investindo nele, mas ele quer ser conselheiro tutelar”. Isto é revelado com um tom de decepção por Rosa, dando a entender que, no momento em que há um projeto como este, tudo passa a ser um meio. “Não que não se tenha que ter projetos. Eu tenho um projeto de vida...” (Rosa).

Com base nessa lógica, procuram distanciar-se do jogo político, embora exerçam a todo o momento a ação política. Rosa, por exemplo, já se recusou a ser candidata pelo PT:

Eu não tenho ninguém [do partido] por trás, só a comunidade.[...] São muitas articulações. Existe sempre o interesse de fazer o melhor pra se manter no poder. ‘Fazer bem feito pra nós podermos retornar’. A política é uma coisa muito traiçoeira, ela parece que entra no sangue das pessoas de tal forma que envenena. [...] Ficam possuídas por aquilo ali (Rosa).

Portanto, a busca de retribuição pessoal direta com a luta (a renda, o emprego, o poder) é imediatamente rechaçada. Em outras palavras, o interesse não pode ser pessoal, ou uma questão particular de um grupo, mas *da comunidade*.

6. Considerações finais

O presente trabalho abordou o fenômeno solidariedade sob uma perspectiva dialética, a partir da análise da organização que emerge da luta de um grupo de lideranças das “Ilhas de Porto Alegre”. O objetivo central deste foi refletir acerca das mediações que conduzem ao estabelecimento de relações solidárias. A principal questão que se buscou responder diz respeito à possibilidade de construção de uma solidariedade substancial portadora de elementos críticos e transformadores em um território específico.

Habermas (2003) postula que a estrutura de uma comunidade de comunicação e os espaços de palavra seriam capazes de levar a essa solidarização. Embora plausível, nos parece que o caso revela justamente o contrário. Parece ser necessária a capacidade do sujeito de orientar-se por princípios universais para o estabelecimento de relações solidárias e, a partir daí, a constituição de uma comunidade ideal de

comunicação.

No caso dos ilhéus, essa comunidade revela-se na organização de algumas lideranças que se solidarizam para o exercício da gestão social do território. Essas lideranças assumem a posição de sujeitos que resistem à dominação ao lutar por transformar a realidade dos demais moradores. Procuram ocupar os espaços formais que o poder político constitui e transformá-los em espaços de fato deliberativos sobre as questões que mais interessam aos ilhéus. Assumem uma espécie de ética baseada em princípios sintetizados no *interesse* da comunidade e não em objetivos pessoais.

Ao observar as trajetórias de algumas dessas lideranças, foi possível ver que essa ética brota de um processo dialético que é desencadeado com o negativo provocado por uma crise que marcou a ruptura com o curso natural de suas vidas. Mas, a crise, por si só, não é suficiente, pois é preciso extrair dela um sentido. É preciso colocar essa experiência em um processo de reinterpretção da realidade social, propiciando um *senso de identidade e territorialidade*, que está ligado a outros sujeitos. No caso dos ilhéus, isso foi facilitado por encontros de formação política e com pessoas significativas (integrantes de movimentos, agentes religiosos, lideranças locais) que reafirmam a necessidade de uma conduta solidária. É claro que a aprendizagem e construção da solidariedade acontecem, também, por meio da participação nos espaços e do envolvimento nas lutas ali travadas.

Isso equivale à “semântica coletiva” de Honneth (2003, p. 258), que permite “interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos”. Os fatos narrados neste trabalho corroboram com o autor no sentido de que “sentimentos de lesão desta espécie só podem tornar-se a base motivacional de resistência coletiva quando o sujeito é capaz de articulá-los num quadro de interpretação intersubjetivo” (HONNETH, 2003, p. 258), o que foi observado na maioria

das lideranças entrevistadas. Entretanto, algumas delas não conseguiram a chamada “transcendência do interior” (HABERMAS, 2003), que leva a uma abertura para a alteridade, já que ficaram fechadas em sua organização particular, em sua luta imediata. Parece haver a necessidade de uma experiência que vá além do desrespeito e da luta por sua superação, para fazer o sujeito “adentrar-em-si” e reconhecer “um novo mundo” a partir de em um “nível mais alto” (HEGEL, 2007, p. 544).

É esse *re-conhecimento* que leva as lideranças do Movimento dos Ilhéus a transcenderem o individualismo e a pertença a uma organização particular. Isso se dá, acima de tudo, a partir da crença em uma realidade superior, o que inclui não só a vida material, mas uma relação com a ancestralidade e a dimensão espiritual. Tem-se aí o móvel das atitudes solidárias, seja de generosidade, dádiva ou doação, seja de luta por causas aparentemente perdidas.

De outra parte, há lideranças que acabam por participar de maneira seletiva nos espaços, escolhendo aqueles que proporcionam a solução para seus problemas específicos, ou mesmo um maior retorno em termos de legitimidade ou prestígio político. Isso revela as diferentes facetas da solidariedade, que podem ser tomadas em termos de abrangência e que ajudam a compreender as constantes afirmações dos integrantes do Movimento dos Ilhéus de que não tinham interesse em “sigla ou partido”; ou em “cargo ou voto”. Isto significa dizer que as ações devem ter um sentido público que busca uma espécie de “sintonia” entre as diferentes organizações, espaços e lutas. Haveria, assim, uma orientação para a gestão social do território como um todo, referido como “a comunidade das ilhas”. O interesse existe, mas é social e comunitário. Busca-se o reconhecimento da comunidade e não apenas de sua identidade ou categoria. Luta-se, também, pelo outro.

Viu-se, a partir das histórias trazidas neste artigo, que essas lideranças não esperam

mudanças grandiosas, apenas agem com um sentido de obrigação o qual tem um caráter sagrado; um sacrifício. Sabem que, se não agirem, ninguém agirá; têm esperança, mas sem esperar o resultado imediato da participação, que levaria a frustrações. E são exatamente essas frustrações as principais causas do abandono da luta e da diminuição da participação.

A partir da observação dessas de lideranças, concluiu-se que a solidariedade no Movimento dos Ilhéus é uma síntese que traz consigo elementos arcaicos e modernos. É diferente da solidariedade assistencial do Estado e da interdependência funcional do mercado. Não se trata de uma solidariedade mecânica, de vínculo tradicional oriundo das relações entre próximos (grupos de parentesco e de proximidade), mas daquela obtida pela identificação com um propósito comum. Também não é uma solidariedade relativista, baseada na identidade e na diferença entre o nós e o eles. Ela supera, também, o vínculo de amizade, e configura-se em uma atitude que se orienta para a transformação das estruturas de dominação que sustentam o individualismo, o assistencialismo e o clientelismo ali presentes. Ela é, ao mesmo tempo, relação entre pessoas e ação política que se desenrola em diferentes esferas ou espaços.

Referências

- ARDUINI, J. **Ética responsável e criativa**. São Paulo: Paulus, 2007.
- ASSMAN, H.; SUNG, J. M. **Competência e sensibilidade solidária**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAILLÉ, A. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARRION, R. M. Competição e conflito em redes de economia solidária: análise do projeto de implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos de Porto Alegre (Brasil). **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 547-557, dez. 2009.
- CHIAPETTI, A. **Ocupação do Parque Estadual Delta do Jacuí**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- COMIN, F.; BAGOLIN, I.; AVILA, R.; PORTO JR. S. S.; PICOLOTTO, V. C. **Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações**. Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional. Porto Alegre: UFRGS, PPGE/FCE, 2006.
- DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.
- DUMONT, L. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro, Rocco: 1985.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- DUVIGNAUD, J. **A solidariedade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1986.
- GUARESCHI, P. O novo rosto do amor. In: MADALOZZO, A. (Org.). **Da inteligência ao coração e à ação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 9-16.
- GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- GODELIER, M. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. 4 ed. Madrid: Taurus, 2003. Tomo II.
- _____. **Direito e democracia: entre a facticidade e a validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011. V.II.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora

Universitária São Francisco, 2007.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Org.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 79-93.

HUBERT, H.; MAUSS, M. Ensaio sobre a natureza e a função social do sacrifício. In: MAUSS, M. **Ensaios de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 141-227.

KOJÉVE, A. **Introdução à leitura de Hegel**. Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ, 2002.

LAVILLE, J-L. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J-P. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 21-37.

LISBOA, A. M. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 242-250.

NOBRE, M. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a teoria crítica. In: HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 7-19.

PREFEITURA MUNICIPAL de Porto Alegre. **Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre**. Gabinete do Prefeito/Secretaria do Planejamento Municipal. Ed. Revisada. Porto Alegre, 2006.

REIS, E. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 35-48, out. 1995.

WAUTIER, A M. T. G. E. **As relações de trabalho nas organizações de economia solidária**: um paralelo Brasil-França. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2004.

WESTPHAL, V. H. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. **Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1 p. 43-52, jan./jun. 2008.